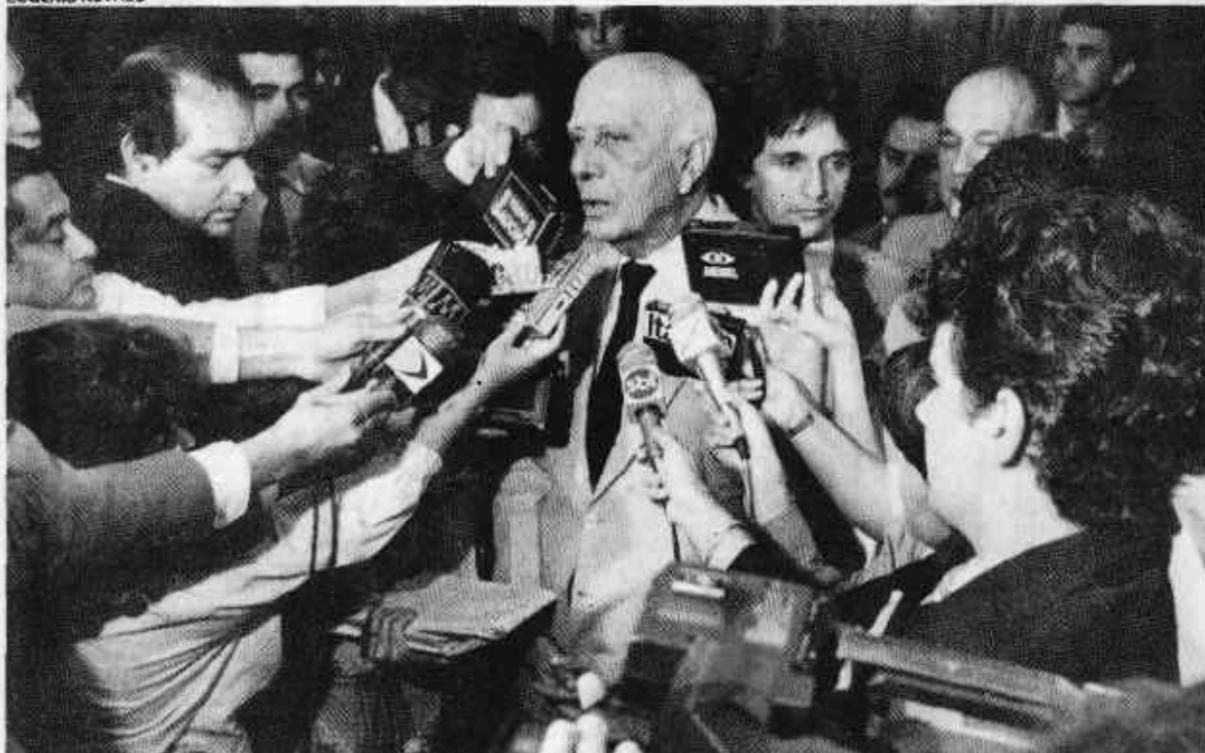


Ulysses não aceita adiar eleição municipal

Ele garante que pleito municipal não é problema, mas sim solução

EUGENIO NOVAES



Ulysses não esperou ser perguntado — reuniu os jornalistas e condenou a prorrogação dos mandatos

Campanha solteira fica mais cara a candidatos

CLAUDIO MOEMA
Da Editoria de Política

As eleições municipais, previstas para este ano, somente poderão ser comprometidas pela vontade dos constituintes e não por uma ação direta do presidente José Sarney, como muitos acreditam. Ainda que o Presidente veto integralmente o projeto em discussão atualmente no Congresso, o Tribunal Superior Eleitoral poderá, com base na legislação atual, elaborar uma resolução regulamentando o pleito de 15 de novembro próximo.

As eleições estarão comprometidas no caso de aprovação de qualquer das 14 emendas que propõem prorrogação do mandato dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores — seja até mesmo sob alegação de eleições gerais em 1989. Essas emendas serão votadas no capítulo das Disposições Transitórias e somente duas delas estão prejudicadas com o mandato de Sarney fixado em cinco anos: são as emendas dos deputados Saulo Queiroz e Heráclito Fortes, que prevêem a coincidência de eleições (presidente da República, prefeitos e vereadores) em abril e setembro do próximo ano, respectivamente.

A ação do Palácio do Planalto, no sentido de promover o adiamento das eleições, se daria de forma indireta, pois, lutando para isso, o grupo palaciano poderia mobilizar os cinco-istas no sentido de aprovar a prorrogação do pleito municipal e, assim, promover uma eleição casada em novembro do próximo ano, como reconhece o deputado

Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Para isso, basta aprovar uma das emendas nesse sentido.

Ninguém pretende assumir o ônus da prorrogação, mas durante a sessão do Senado que discutiu o assunto, quando foi possível colocá-lo em votação, ficou clara a manobra de obstrução, como denunciou o senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Nada menos do que 47 emendas de plenário foram apresentadas e 12 oradores inscritos utilizaram seus tempos na tribuna. Apesar disso, houve quem se posicionasse abertamente pelo adiamento do pleito; o senador Aureo Mello, autor de uma dessas emendas, prevendo que o mandato dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores terminará a primeira de janeiro de 1990.

O senador José Fogaça, relator do projeto, não acredita na possibilidade de o Presidente vetar o texto na íntegra, "mas naquilo que não interessa ao Governo". Por exemplo, o Presidente pode alegar que os cofres públicos não têm como ressarcir as despesas de comunicação que destinarão parte de suas programações à propaganda eleitoral, como o projeto prevê. Nessa hipótese, o texto irá à sanção mesmo com esse veto parcial e em nada pode comprometer a data das eleições. Na verdade, nem mesmo o veto integral compromete.

Existem duas correntes que tentam justificar a prorrogação, cada uma usando argumento diferente: uma econômica, outra política. Para o deputado Luís Freire (PMDB-PE), a única questão que move a

defesa do adiamento do pleito municipal é a financeira. "Os grupos que financiam os candidatos preferem uma eleição geral, porque não querem gastar dinheiro", resumiu o deputado. Luís Freire não acredita em razões políticas e discorda da ideia de que o Palácio do Planalto estaria evitando uma eleição este ano para tentar impedir os ataques presumíveis numa campanha. "Num País democrático o Presidente deve estar sujeito a críticas", afirmou.

Já para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), a questão é política mesmo, na medida em que o Governo trabalha por uma campanha verticalizada impedindo o crescimento na base eleitoral de candidatos que se opõem à política do Planalto, como Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva ou Mário Covas. Lembra o parlamentar que atualmente, o PMDB governista e o PFL controlam cerca de 4 mil prefeituras e têm mais de 40 mil vereadores, enquanto que todos os outros partidos, juntos, têm menos de 500 prefeitos e menos de 10 mil vereadores.

Numa eleição isolada (somente para prefeitos e vereadores), argumenta Delgado, o grupo governista perderia essa base, que se reduziria a cerca de 2.500 prefeitos e a 10 ou 15 mil vereadores. Enquanto isso, acrescenta, o PT pode atingir 300 prefeitos e 1 mil vereadores e o PDT, cerca de 600 prefeitos e 5 mil vereadores. Outros partidos, como PSB, PCB, PC do B ou mesmo a nova legenda dos dissidentes peemedebistas, também cresce-

riam. Além disso, afirma o deputado mineiro, a contabilidade de uma campanha é melhor realizada e controlada quando se tem vereadores e prefeitos como cabos eleitorais, "porque o grupo econômico que investe numa candidatura à Presidência da República tem como fotografar o voto comprado através da votação de prefeito e vereador que se vendeu; se não houver, juntamente com a eleição presidencial, uma eleição municipal, aquela fica sem o caixa-receptor municipal claramente identificado".

Delgado acredita que toda a manobra prorrogacionista se deve a três fatores: baratear a eleição (para os grupos econômicos que financiam as campanhas), facilitar o controle da eleição e impedir que se alterem as bases municipais que vão dar suporte ao candidato governista à Presidência da República.

O deputado Inocêncio de Oliveira, por sua vez, nega que esteja apostando na prorrogação das eleições — ao contrário, afirma não ter dúvida de que elas se realizarão este ano. Acrescentou que seu partido, o PFL, vai tentar aprovar uma das três emendas prevendo mandato-tampão para os próximos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, para que em 1994 haja coincidência de eleições no País. As emendas de autoria dos deputados Rosa Prata, César Cals Neto e Nestor Duarte são semelhantes e prevêem pleito municipal em novembro deste ano, mas com mandato-tampão de dois anos para os eleitos.

O movimento para manter as eleições municipais marcadas para o próximo dia 15 de novembro ganhou ontem um aliado de peso. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, deixou de lado sua posição de neutralidade e declarou-se totalmente contrário à prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos. Ao tomar a posição publicamente, Ulysses fez questão de revelar que é uma convicção "antiga e pessoal".

"Tenho ouvido um zumzumzum por aí e faço questão de dar a minha opinião", disse ele aos jornalistas, sem qualquer pergunta a respeito do assunto: "Sou contra a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e defendo a realização das eleições municipais ainda este ano. As eleições estão marcadas e devem ser realizadas. Os candidatos já estão na praça. E para mim, eleição não é problema, mas solução".

Surpreendendo a todos, Ulysses disse ainda que existem muitos pontos ruins nas Disposições Transitórias que precisam ser retirados do texto. Não quis citá-los, mas informou que, apesar de estar assumindo a Presidência da República, com a viagem do presidente Sarney, ficará atento à Constituinte. Prometeu até mesmo participar diariamente das reuniões das lideranças, "para retomar os entendimentos", que segundo ele não apenas facilitam o trabalho em plenário como ajudam a melhorar a qualidade dos textos.

Ele não acredita também que os trabalhos da Constituinte possam ficar prejudicados com o seu afastamento temporário da presidência, porque existem pessoas com experiência e

competência, como o deputado Mauro Benevides, para coordenar os trabalhos e presidir as sessões normalmente.

Sobre a possibilidade de não se conseguir, de agora em diante, os quóruns necessários para votação de qualquer matéria, Ulysses se mostrou despreocupado. "Constituinte tem o dever de constituinte. Tem que estar aqui em Brasília e saber também que se não forem votadas as Disposições Transitórias não temos Constituição", disse ele. Lembrou que há uma série de disposições que beneficiam muito a população mais carente nessa parte do projeto constitucional: "Se o constituinte não vier votar essas matérias, ele tem que saber que estará prejudicando milhões de brasileiros".

A saída do plenário, logo após suspender a sessão em respeito à memória do senador Virgílio Távora, o presidente da Constituinte afirmou que vai atuar no sentido de que os entendimentos entre as lideranças tenham continuidade, não considerando que o PMDB esteja correndo risco de sobrevivência. A pergunta de um repórter sobre se achava possível ainda salvar o PMDB, Ulysses provocou risadas entre os jornalistas, respondendo com ironia: "Não sabia que você estava fazendo papel de co-veiro".

Na sua avaliação, o partido vai continuar e durante muito tempo. "Não seja pessimista", disse ele, não admitindo também a existência de dissidências dentro do PMDB. Para o presidente nacional do partido, o que existe são alguns parlamentares que querem sair, "por uma visão tática que não coincide com a de outros companheiros".

Quem quer a prorrogação

Apesar de muitos constituintes não precisarem de onde partem as manobras prorrogacionistas e de ninguém assumir o ônus, é possível identificar quem é a favor ou não dessa ideia. Foram 14 os constituintes que apresentaram emendas que, apesar de preverem eleições gerais em novembro do próximo ano (muitos delas tratam desse assunto), na prática prorrogam os mandatos dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Dessas emendas, duas ficam automaticamente prejudicadas, uma vez fixado o

mandato do presidente Sarney em cinco anos: as dos deputados Saulo Queiroz e Heráclito Fortes, que determinam eleição casada no próximo ano.

São os seguintes constituintes que apresentaram emendas prorrogacionistas:

Saulo Queiroz, Gilson Machado, Asdrúbal Benites, Heráclito Fortes, Basílio Vilani, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, José Teixeira, José Carlos Martinez, Lucia Braga, Aureo Mello, Jovanni Masini, Evaldo Gonçalves e Benito Gama.

Prefeito não quer ficar

Natal — O prefeito de Natal, Garibaldi Filho, declarou ser contra a prorrogação dos atuais mandatos municipais, condenando o movimento nesse sentido. Garibaldi manifestou-se satisfeito com a fixação do mandato do presidente Sarney em cinco anos, porque "ele é nordestino e, como

tal, deverá carrear grandes programas para o desenvolvimento da região".

O prefeito lembrou que sempre defendeu os cinco anos, por considerar que esse é o período necessário para a consolidação da transição democrática e para a conclusão do programa de Governo já iniciado.